

# Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda durante o Governo Collor\*

André Urani\*\*

Segundo o que indicam os dados da PME — Pesquisa Mensal de Emprego a desigualdade de renda registrou, durante o Governo Collor, uma diminuição sem precedentes.<sup>1</sup> O propósito desse artigo é de contribuir à compreensão deste fenômeno.

Diversos autores têm estudado, recentemente, as possíveis interações entre as bruscas oscilações da desigualdade de renda ocorridas ao longo da última década e a instabilidade macroeconômica que caracterizou o período. Barros, Cardoso e Urani (1993) e Bonelli e Ramos (1993), por exemplo, mostram que acelerações inflacionárias e retrações do nível de atividade estão positivamente correlacionadas com aumentos da concentração de renda. O modelo estimado pelos primeiros, no entanto, se mostra pouco satisfatório, justamente na explicação da queda da desigualdade registrada recentemente. Este fenômeno se produziu, de fato, entre meados de 1990 e de 1991, um período marcado por uma profunda recessão e uma aceleração inflacionária.

Na Seção 24.1, apresento a evolução da desigualdade de renda ao longo do período, nas seis principais regiões metropolitanas do país.<sup>2</sup>

Na Seção 24.2, mostro que a diminuição registrada por essa variável foi acompanhada por um profundo e generalizado empobrecimento da PEA — População Economicamente Ativa.

Na Seção 24.3, apoiando-me nas propriedades de decomposição do índice de Theil-L, mostro que a diminuição da concentração de renda foi, em grande

---

\* Agradeço a Carlos Henrique Leite Corseuil, Danielle Carusi Machado e Zoraida Soeiro pela eficiência costumeira na elaboração dos dados utilizados neste trabalho.

\*\* Da FEA/UFRJ e pesquisador contratado pelo Projeto PNUD-BRA 93/011.

1 É importante ressaltar, desde já, que os dados da PME referem-se exclusivamente à renda do trabalho.

2 As seis regiões metropolitanas são: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

parte, provocada pela queda da desigualdade-*intra* empregados com carteira assinada.

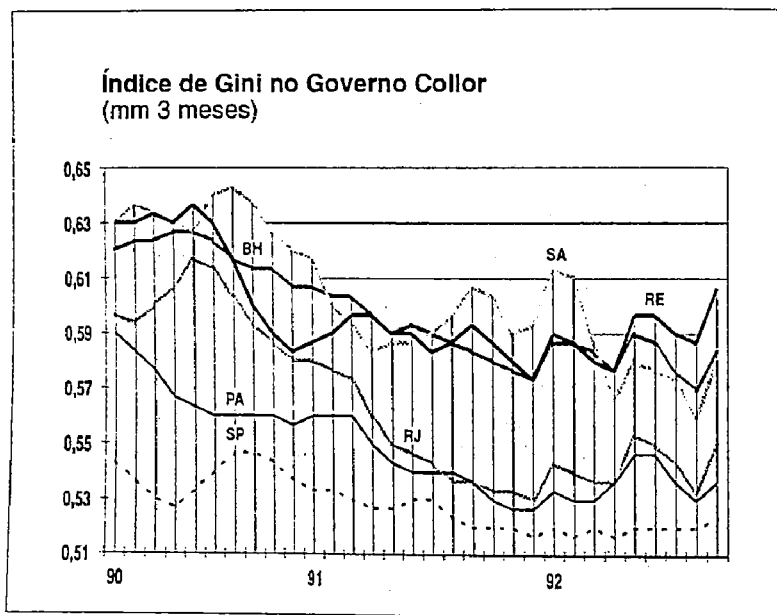
Na Seção 24.4, analiso as alterações da composição da força de trabalho em termos de posição na ocupação ocorridas no período, enquanto a Seção 24.5, é a da conclusão.

A descrição da metodologia e da base de dados utilizada, por fim, encontra-se em anexo.

## 24.1 - Evolução da Desigualdade de Renda

Percebe-se, no gráfico abaixo, que a trajetória da desigualdade de renda ao longo do período pode ser decomposta em três momentos distintos:<sup>3</sup>

- . uma ligeira elevação ao longo do primeiro semestre de 1990;
- . uma brusca queda entre meados de 1990 e de 1991; e
- . uma relativa estabilidade a partir de então até o final de 1992.



<sup>3</sup> A desigualdade de renda, neste gráfico, é medida pela média aritmética do índice de Gini das seis regiões metropolitanas.

A Tabela 24.1A indica que, segundo o índice de Gini, a queda mais forte da desigualdade se deu no Rio de Janeiro, onde este índice passou de 0,60 em março de 1990 para 0,54, em média, no trimestre julho/setembro de 1992. A mais fraca foi em São Paulo (onde passou, neste mesmo período, de 0,53 para 0,52) e em Salvador (de 0,62 para 0,61).

A diminuição da desigualdade foi nítida em todas as regiões metropolitanas, também quando esta é medida pelo índice de Theil (Tabela 24.1B). Nesse caso, porém, muda a intensidade relativa desse movimento: ela se torna mais tênue no Rio de Janeiro (queda de 0,58 a 0,53) e particularmente intensa em Porto Alegre (de 0,67 para 0,54) e em Recife (de 0,81 a 0,69).

Na Tabela 24.2, enfim, vê-se a variação da participação na renda de cada decil da distribuição nas seis regiões metropolitanas ao longo do período.

TABELA 24.1A

**Evolução da Desigualdade de Renda (Índice de Gini)**

	ÚLTIMO TRIMESTRE DO GOVERNO SARNEY	ÚLTIMO TRIMESTRE DO GOVERNO COLLOR
Porto Alegre	0,58	0,53
Rio de Janeiro	0,55	0,52
São Paulo	0,59	0,54
Belo Horizonte	0,62	0,58
Recife	0,63	0,58
Salvador	0,62	0,61

TABELA 24.1B

**Evolução da Desigualdade de Renda (Índice de Theil-L)**

	ÚLTIMO TRIMESTRE DO GOVERNO SARNEY	ÚLTIMO TRIMESTRE DO GOVERNO COLLOR
Porto Alegre	0,67	0,54
Rio de Janeiro	0,58	0,53
São Paulo	0,70	0,61
Belo Horizonte	0,77	0,69
Recife	0,81	0,69
Salvador	0,84	0,76

TABELA 24.2

**Varição da Participação de cada Decil na Renda Total entre o Último Trimestre do Governo Sarney e o Último do Governo Collor**

	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
Decil 1	+0,06	-0,06	+0,33	+0,33	+0,19	-0,14
Decil 2	+0,42	+0,22	+0,63	+0,20	+0,46	-0,16
Decil 3	+0,44	+0,32	+0,52	+0,52	+0,78	-0,11
Decil 4	+0,65	+0,34	+0,53	+0,46	+0,71	+0,67
Decil 5	+0,71	+0,23	+0,62	+0,52	+0,51	+0,21
Decil 6	+0,63	+0,36	+0,62	+0,52	+0,77	+0,37
Decil 7	+0,90	+0,25	+0,51	+0,20	+0,72	+0,75
Decil 8	+0,88	+0,43	+0,16	+0,21	+0,56	+0,53
Decil 9	+0,49	-0,26	-0,60	-0,07	-0,76	+0,28
Decil 10	-5,15	-1,33	-3,33	-2,51	-3,94	-2,39

Observe-se que os 10% mais ricos foram os únicos que tiveram suas participações na renda total sistematicamente reduzidas.<sup>4</sup> Este movimento foi acompanhado por um aumento da participação dos decis inferiores da distribuição, exceto em São Paulo, onde o primeiro decil teve sua participação diminuída, e em Recife, onde os três primeiros decis registraram perdas em suas participações. Em outras palavras, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Salvador, a diminuição da desigualdade de renda nesse período foi inequívoca, visto que, nestas regiões metropolitanas, as curvas de Lorenz relativas ao último trimestre do Governo Collor encontram-se inteiramente à esquerda das relativas ao último trimestre do Governo Sarney.<sup>5</sup>

## 24.2 - Evolução da Renda Real Média

Esses resultados mereceriam ser comemorados, não fosse o fato de que o fenômeno se produzisse em um contexto de profundo e generalizado empobrecimento do conjunto da PEA. A Tabela 24.3, de fato, mostra que, entre o último trimestre do Governo Sarney e o último trimestre do Governo Collor, a renda real média diminuiu significativamente em todas as regiões metropo-

<sup>4</sup> Em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador o nono decil também teve sua participação reduzida.

<sup>5</sup> O último trimestre do Governo Sarney vai de dezembro de 1989 a fevereiro de 1990, enquanto o último trimestre do Governo Collor vai de julho a setembro de 1992.

TABELA 24.3

**Renda Real Média de cada Decil no Último Trimestre do Governo Collor**

(Último trimestre do Governo Sarney = 100)

	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
Decil 1	72,1	50,2	85,3	72,0	84,7	86,7
Decil 2	78,5	60,5	76,5	80,5	75,6	49,4
Decil 3	75,8	60,8	70,8	88,5	78,5	53,2
Decil 4	77,1	59,6	67,8	83,9	74,0	66,7
Decil 5	75,4	57,4	66,8	82,1	67,0	58,0
Decil 6	72,3	58,1	65,0	82,1	68,3	68,3
Decil 7	73,2	56,6	62,6	74,9	65,6	65,6
Decil 8	71,0	57,2	59,6	74,5	62,7	62,7
Decil 9	67,5	54,2	56,6	72,8	56,7	56,7
Decil 10	58,3	53,3	54,7	69,3	54,9	54,9
Média	65,5	55,1	58,7	73,0	56,0	59,7

litanas. A queda mais forte aconteceu em São Paulo (quase 45%) e a mais fraca em Belo Horizonte (27%).<sup>6</sup>

Nessa mesma tabela vê-se que, qualquer que seja a região metropolitana, essa redução da renda real se deu para todos os decis da distribuição de renda. A desigualdade de renda caiu, em outros termos, porque as perdas dos decis superiores da distribuição foram, via de regra, maiores que as dos inferiores. Isso significa que a redução da distância entre a renda do trabalho dos mais ricos e a dos mais pobres não foi provocada, nesse período, por transferências e que, portanto, não podemos falar de redistribuição de renda *stricto sensu*.

Trata-se, em suma, de uma situação oposta à do "milagre econômico": a participação na renda dos mais pobres aumentou, mas o bolo encolheu.

Uma outra maneira de ver esse mesmo fenômeno é analisando o ocorrido com a renda real por nível educacional, cuja evolução é retratada na Tabela 24.4.

Nota-se, nas seis regiões metropolitanas, que enquanto os analfabetos (que são os que têm uma renda média mais baixa) estão sempre entre os que foram menos atingidos, os universitários (que possuem a renda média mais elevada) estão sistematicamente entre os que mais perderam.<sup>7</sup>

Finalmente, pode-se também estudar o fenômeno sob a ótica da posição na ocupação (Tabela 24.5).<sup>8</sup>

6 Uma parte significativa desta queda ocorreu logo no início de 1990.

7 Repare também que as trajetórias das rendas reais dos cinco níveis de escolaridade em Porto Alegre resultam em diminuições menos díspares que nas outras três regiões metropolitanas estudadas.

8 Nessa tabela, EMP representa os empregadores, CC os empregados com carteira de trabalho assinada, SC os sem carteira e CP os trabalhadores por conta própria.

TABELA 24.4

### Renda Real Média de cada Nível Educacional no Último Trimestre do Governo Collor

(Último trimestre do Governo Sarney = 100)

ANOS DE ESTUDO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
0	66,3	68,6	67,9	75,6	65,8	57,1
1 a 4	65,6	59,0	58,6	66,0	60,9	50,2
5 a 8	66,8	55,9	59,7	68,7	57,8	57,8
9 a 11	65,3	57,9	57,7	70,7	59,3	57,3
12 ou +	64,7	54,7	50,3	66,8	55,8	53,0

TABELA 24.5

### Renda Real Média por Posição na Ocupação no Último Trimestre do Governo Collor

(Último trimestre do Governo Sarney = 100)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
EMP	69,3	53,3	51,8	63,4	56,8	51,3
CC	68,6	59,2	61,7	74,9	64,3	61,7
SC	68,0	60,2	73,1	74,5	66,3	62,6
CP	63,4	50,4	58,2	64,4	60,7	52,8

É interessante observar que empregadores (o grupo que possui a renda média mais alta) e trabalhadores por conta própria registraram perdas mais significativas que os assalariados, sejam eles com ou sem carteira assinada (o grupo mais pobre).<sup>9</sup>

Esse resultado sugere que o impacto da recessão sobre a renda real média tenha sido maior, nesse período, que o da inflação.<sup>10</sup>

## 24.3 - Determinantes da Evolução da Desigualdade

Nesta seção, procuro verificar, com base nas propriedades de decomposição do índice de Theil,<sup>11</sup> se a queda da desigualdade de renda se deveu a uma

<sup>9</sup> Note-se também que as perdas registradas pelos assalariados com carteira e sem carteira são, *grossa modo* equivalentes, exceto no Rio de Janeiro, onde os rendimentos dos sem carteira diminuíram significativamente menos.

<sup>10</sup> O modelo de Urani e Winograd (1993) sugere, como já assinalado, que os rendimentos reais dos trabalhadores por conta própria são particularmente sensíveis a variações do nível de atividade.

<sup>11</sup> A metodologia está em anexo. Para maiores detalhes vejam-se Bourguignon (1979) e Barros e Ramos (1989).

redução da distância entre os rendimentos médios das diferentes posições na ocupação (desigualdade-*entre* posições na ocupação) ou a uma diminuição da heterogeneidade dentro de cada posição na ocupação (desigualdade-*intra*).

As Tabelas 24.6 e 24.7 ilustram as contribuições à variação da desigualdade total das variações da desigualdade-*intra* e *entre* posição na ocupação, respectivamente, por região metropolitana.

Comparando essas tabelas, vê-se, antes de mais nada, que em todas as regiões metropolitanas o movimento da distribuição de renda nesse período explica-se muito mais pelo acontecido no interior de cada posição na ocupação do que por mudanças da posição relativa das diferentes posições na ocupação. Exceto no Rio de Janeiro (e, em menor intensidade, em Salvador), as variações registradas pela componente *entre* posições na ocupação tenderam inclusive a frear a queda da desigualdade de renda ocorrida.

TABELA 24.6

**Contribuição (%) da Variação da Desigualdade-*Intra* (Theil-L) de cada Posição na Ocupação à Variação da Desigualdade Total de cada Região Metropolitana durante o Governo Collor**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
EMP	3,92	-1,89	2,66	-1,18	2,60	-8,37
CC	108,08	120,42	58,36	85,28	60,22	162,42
SC	7,55	104,08	9,48	22,08	27,53	38,80
CP	-18,36	-101,13	15,92	2,85	9,10	-77,10
TOT	101,18	121,48	86,42	109,02	99,45	115,76

TABELA 24.7

**Contribuição (%) da Variação da Desigualdade-*Entre* (Theil-L) de cada Posição na Ocupação à Variação da Desigualdade Total de cada Região Metropolitana durante o Governo Collor**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
EMP	4,76	-9,32	-1,28	4,76	-3,10	-2,94
CC	60,28	157,30	5,82	19,02	12,48	-26,39
SC	-14,26	-60,18	12,96	-10,18	-6,80	8,53
CP	-51,96	-109,27	-3,92	-22,63	-2,04	36,56
TOT	-1,18	-21,48	13,58	-9,02	0,55	15,76

Este fenômeno se caracterizou, como evidencia a Tabela 24.8, pela diminuição generalizada da desigualdade-*intra* posição na ocupação.<sup>12</sup> As únicas exceções são os empregadores e os trabalhadores por conta própria em Recife e os empregadores e os assalariados com carteira assinada em São Paulo.

A Tabela 24.6 evidencia ainda que o principal fator explicativo da queda da desigualdade total foi o movimento registrado no segmento composto pelos empregados com carteira assinada. Em alguns casos, como em Porto Alegre, São Paulo e Recife, esse movimento foi mais do que suficiente para explicar a variação total da desigualdade. Mais uma vez, esse fenômeno foi ditado, essencialmente, pela diminuição da disparidade de renda entre este tipo de trabalhadores (Tabela 24.8).<sup>13</sup>

A questão a ser respondida, portanto, é: por que a desigualdade-*intra* o segmento formal do mercado de trabalho diminuiu tão significativamente ao longo do Governo Collor? Há pelo menos duas respostas possíveis.

A primeira é de que a política salarial do Governo Collor se limitou a determinar os reajustes nominais das camadas menos favorecidas desse segmento. As mais favorecidas ficaram à mercê do livre jogo das forças de mercado, em um período fortemente recessivo.

A segunda é de que esse fenômeno estaria de alguma forma ligado ao processo de reorganização do processo de trabalho induzido pelas reformas estruturais implementadas por aquele governo. Em outras palavras, é possível que parte do fenômeno seja explicável pela redução da participação dos trabalhadores mais qualificados nesse segmento, em decorrência da rápida terceirização que se verificou no período.

TABELA 24.8

**Varição da Desigualdade-*Intra* de cada Posição na Ocupação durante o Governo Collor, por Região Metropolitana**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
EMP	-0,05	+0,02	-0,16	-0,09	-0,09	+0,18
CC	-0,18	+0,03	-0,13	-0,14	-0,17	-0,19
SC	-0,18	-0,31	-0,18	-0,25	-0,35	-0,25
CP	-0,09	-0,02	-0,20	-0,09	-0,12	+0,09

12 Ele poderia também ter sido ditado, eventualmente, pela mudança da composição da força de trabalho.

13 Com exceção de São Paulo.



## 24.4 - Mudanças na Composição da Força de Trabalho

Cabe ressaltar, por fim, que esses movimentos bruscos da distribuição de renda se deram em um contexto marcado por profundas mudanças da composição da força de trabalho, como se vê na Tabela 24.9. O Governo Collor, de fato, se caracterizou por uma diminuição sem precedentes da participação dos empregados com carteira assinada na ocupação total.

Este fenômeno foi particularmente intenso em São Paulo (queda de 9%), e relativamente menos em Belo Horizonte e Salvador (6%).

Apesar do acesso ao sistema de seguro-desemprego ter se generalizado nesse período<sup>14</sup> essa diminuição do segmento com carteira assinada não se traduziu em um aumento explosivo da taxa de desemprego, que cresceu em média menos de 2%, atingindo níveis ainda muito inferiores aos registrados durante a recessão da primeira metade dos anos 80.

Isso significa que uma parte considerável dos indivíduos que perderam seus empregos com carteira assinada encontrou empregos sem carteira ou abandonou o mercado de trabalho para se lançar, como trabalhadores por conta própria, no mercado de bens e serviços. Esse último fenômeno foi predominante nas regiões metropolitanas do Sul/Sudeste, enquanto o primeiro foi relativamente mais importante nas do Nordeste.

Os dois fenômenos são diferentes e merecem ser comentados separadamente.

Os possíveis determinantes do aumento do segmento sem carteira nesse período são: a recessão, o imperativo de as empresas se tornarem mais competitivas diante da abertura da economia, o aumento dos encargos trabalhistas introduzido pela nova Constituição e o crescente descrédito no

TABELA 24.9

**Varição da Participação de cada Posição na Ocupação Total durante o Governo Collor, por Região Metropolitana**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PA	SP	RJ	BH	SA	RE
EMP	-0,01	-	-	-0,01	-	-
CC	-0,08	-0,09	-0,07	-0,06	-0,06	-0,08
SC	+0,02	+0,04	+0,03	+0,02	+0,04	+0,05
CP	+0,07	+0,05	+0,04	+0,03	+0,02	+0,03

<sup>14</sup> Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas tenham se beneficiado desse sistema, em 1992. Para maiores detalhes ver Azeredo e Chahad (1992).

poder de fiscalização do governo. Para o empregador, de fato, deixar de assinar a carteira de trabalho de um empregado, ainda que represente um risco (ele deixa de cumprir a lei), significa uma expressiva redução de custos, pois se vê livre dos encargos. Para o assalariado, por outro lado, não ter mais sua carteira assinada é deixar de estar protegido pela legislação trabalhista. Ele passa a não ter mais direito à Previdência (a menos que contribua voluntariamente), ao FGTS, a uma jornada de trabalho fixa, ao salário mínimo e a toda parafernália de benefícios, pecuniários ou não, prevista pela lei. Os contratos que se estabelecem entre as partes são assim muito mais flexíveis que os formais. O aumento do tamanho relativo desse segmento tem, portanto, que ser visto como sinal inequívoco de uma fragilização das relações trabalhistas.

O crescimento do segmento composto por trabalhadores por conta própria também se deve, em grande parte, à retração da demanda de trabalho resultante da recessão. Há, entretanto, outros determinantes a serem levados em conta, como a crescente terceirização e a própria insatisfação dos trabalhadores com os salários que lhes são ofertados no mercado, que os tornam mais propensos a assumirem riscos. O inchaço desse segmento pode, portanto, ter sido em parte ditado por uma mudança do comportamento da oferta de trabalho.<sup>15</sup>

## 24.5 - Conclusão

A desigualdade de renda registrou, durante o Governo Collor, uma diminuição sem precedentes na história estatisticamente registrada do Brasil. Este fenômeno foi provocado, essencialmente, pela redução dos diferenciais de salários no segmento formal do mercado de trabalho, induzida pela combinação de ausência de política salarial para as camadas mais favorecidas deste segmento, recessão e reformas estruturais.

A redução da desigualdade foi acompanhada por um empobrecimento generalizado do conjunto da PEA. Sendo assim, não se pode dizer que tenha havido transferências dos mais ricos para os mais pobres e portanto redistribuição da renda.

Finalmente, o período Collor também se caracterizou por uma crescente precarização das relações trabalhistas e por um forte aumento da participação dos autônomos na ocupação total.

---

<sup>15</sup> Pero e Urani (1993), com base em dados da PNAD-1989, mostram, de fato, que 2/3 dos trabalhadores por conta própria não desejam mudar para um emprego com carteira assinada, contra 1/3 dos empregados sem carteira. Isso significa que a maior parte dos conta própria se encontra na posição atual porque assim o prefere, e não por uma insuficiência de demanda de trabalho no segmento formal.

## Anexo

### Metodologia e Base de Dados

Os dados utilizados neste trabalho resultam de tabulações especiais da PME — uma pesquisa domiciliar realizada pelo IBGE, desde 1980, nas seis principais regiões metropolitanas do país (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife).

A PME entrevista todos os meses indivíduos de 10 ou mais anos de idade, submetendo-lhes um questionário de 19 itens sobre suas características individuais, a natureza de sua inserção no mercado de trabalho e seus rendimentos.<sup>16</sup>

A amostra selecionada para este trabalho se limita a membros da PEA com rendimentos.<sup>17</sup> Foram guardadas as informações referentes à região metropolitana, em nível de escolaridade e posição na ocupação.

Para a amostra como um todo, e sem nenhum tipo de controle, foram calculadas, num primeiro momento, a renda média do trabalho ( $Y$ ), as curvas de Lorenz e os índices de Gini para cada mês.

Uma curva de Lorenz [ $L(p)$ ], como se sabe, mostra a participação da renda total que é apropriada pelos  $p\%$  mais pobres da população, sendo, portanto, definida como:

$$L(p) = (1/\mu) \int_0^p F'(t) dt, \text{ para } 0 \leq p \leq 1 \quad (\text{A.1})$$

onde  $F$  é a distribuição cumulativa da variável aleatória  $Y$  e  $\mu$  é a média de  $Y$ . Baseando-se nas curvas de Lorenz, é possível definir várias medidas de desigualdade, entre as quais o índice de Gini, que é dado por:<sup>18</sup>

$$G = \int_0^1 (1 - 2L(p)) dp \quad (\text{A.2})$$

A outra medida de desigualdade utilizada neste trabalho é o índice de Theil, definido como:

---

16 As informações disponíveis sobre rendimentos limitam-se aos do trabalho, não sendo levados em conta, portanto, rendimentos do capital, aposentadorias etc.

17 O que significa um número próximo a 7 mil pessoas entrevistadas em cada região metropolitana.

18 Para maiores detalhes sobre medidas de desigualdade e suas propriedades, ver Barros e Ramos (1989).

$$T \equiv E [(Y/\mu) \cdot \ln (Y/\mu)] \quad (\text{A.3})$$

onde  $E$  representa um operador de expectativas.

Este índice é decomponível em dois termos:

$$T = T_I + T_E \quad (\text{A.4})$$

onde  $T_I$  indica a desigualdade-*intra* grupos e  $T_E$  a desigualdade entre grupos. Supondo que  $N$  represente a população,  $Y$ , a renda média do conjunto da amostra, e o subscrito  $i$  indique o grupo, estes dois termos podem ser escritos como:

$$T_I = \sum_i \left( \frac{N_i}{N} \right) \cdot T_i \quad (\text{A.5})$$

e

$$T_E = - \sum_i \left( \frac{N_i}{N} \right) \cdot \ln \left( \frac{Y_i}{Y} \right) \quad (\text{A.6})$$

A contribuição percentual da evolução da desigualdade-*intra* cada grupo  $i$  à evolução da desigualdade total é dada, em termos percentuais, por:

$$\left[ \Delta \left( \frac{N_i}{N} \cdot T_i \right) / \Delta T \right] \cdot 100 \quad (\text{A.7})$$

enquanto a da desigualdade-*entre* foi obtida estimando:

$$- \left[ \Delta \left( \frac{N_i}{N} \cdot \ln \left( \frac{Y_i}{Y} \right) \right) / \Delta T \right] \cdot 100 \quad (\text{A.8})$$

O INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor de cada região metropolitana, estimado pelo IBGE, enfim, foi escolhido para deflacionar os rendimentos nominais.

## Bibliografia

AMADEO, E. J. S. *et alii*. *Human resources in the adjustment process*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992 (Série Seminários sobre Estudos Sociais e do Trabalho, 1/93).

- AZEREDO, B. e CHAHAD, J. C. *O programa brasileiro de seguro-desemprego: diagnóstico e sugestões para seu aperfeiçoamento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992 (Série Seminários sobre Estudos Sociais e do Trabalho, 1/92).
- BARROS, R., CARDOSO, E. e URANI, A. *Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980's*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Texto para Discussão, 298).
- BARROS, R. e RAMOS, L. *Medidas de Desigualdade*. 3ª. Escola de Séries Temporais e Econometria. Associação Brasileira de Estatística/Sociedade Brasileira de Econometria. Rio de Janeiro, 1989.
- BONELLI, R. e RAMOS, L. *Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993 (Texto para Discussão, 288).
- BONELLI, R. e SEDLACEK, G. L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: BARROS, R. e SEDLACEK, G. L. (eds.) *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- BOURGUIGNON, F. Decomposable inequality measures. *Econometrica*, v. 47, 1979.
- CAMARGO, J. M. e RAMOS, C. A. *A revolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CAMARGO, J. M. e GIAMBIAGI, F. (eds.) *Distribuição de renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- PERO, V. L. e URANI, A. *Dimensões e determinantes do excesso de oferta de mão-de-obra no segmento formal do mercado de trabalho metropolitano*. 1993, neste volume.
- SABÓIA, J. M. *Trabalho e renda no Brasil na década de oitenta*. 1992, mimeo.
- URANI, A. e WINOGRAD, C. D. The informal labor market in an era of adjustment: the case of Brazil; 1981-1988. *Revista Brasileira de Economia*, 1993, no prelo.

